

A CONSTITUIÇÃO DO ESCRAVISMO COLONIAL

A religião e a economia

O PRIMADO DA FÉ. No século XVI, quando se iniciou o povoamento do Brasil, a sociedade portuguesa era aristocrática e clerical. As pessoas que não pertenciam à nobreza, independentemente de suas posses, estavam agrupadas no Terceiro Estado. De origem não aristocrática, os povoadores que aqui chegavam traziam consigo dois ideais: enriquecer rapidamente e retornar a Portugal, transformados em nobres, fidalgos.

Contudo, o rei pensava diferente. O povoamento do Brasil não foi encarado como um empreendimento comercial no início. São palavras de D. João III (1521-1557): “a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para [que a] gente dela se convertesse à nossa santa fé”. Manuel da Nóbrega, em carta a Tomé de Sousa, escreveu que a intenção de D. João III “não foi povoar tanto por esperar da terra ouro nem prata que não a tem, nem tanto pelo interesse de povoar e fazer engenhos, nem por onde agasalhar os portugueses que lá em Portugal sobejam e não cabem, quanto por exaltação da fé católica e salvação das Almas”. Essas declarações não eram palavras vazias.

OS JESUÍTAS CONTRA OS POVOADORES. Os jesuítas colocaram essas palavras em prática, levando a sério o caráter missionário que o rei de Portugal quis imprimir ao povoamento do Brasil. Por esse motivo,

muito cedo os jesuítas chocaram-se com os povoadores, quando se defrontaram com uma questão bastante delicada: a escravização do indígena.

Para compreender a posição dos jesuítas, é preciso analisar com muita atenção os seus objetivos. Em primeiro lugar, os jesuítas *não* eram contrários à escravização do indígena, mas se opunham à escravização indiscriminada, como pretendiam os povoadores.

Para os jesuítas, a escravidão deveria

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, São Paulo



ter um objetivo religioso e não econômico. Escravizar para cristianizar, não para obter lucro. Como os colonos pretendiam escravizar os nativos tendo em vista exclusivamente o próprio interesse, tal atitude foi interpretada pelos jesuítas como a expressão da cobiça, que eles e toda a sociedade portuguesa condenavam.

Porém, para cristianizar os indígenas, os jesuítas compreenderam muito rapidamente que antes era preciso *dominá-los*. Nesse sentido, consideravam legítimo o uso de meios violentos, caso fosse preciso.

O rei de Portugal colocou-se, em princípio, a favor dos jesuítas, pois a escravidão indiscriminada dos nativos pelos povoadores era muito arriscada: o medo constante de ataques indígenas aconselha-

va prudência. Manter na medida do possível, não somente indígenas, mas também povoadores em paz e em ordem era o que objetivava o Estado português.

Como os jesuítas, o rei não era contrário à escravidão, mas sua visão diferia da deles: concordava com a escravização, desde que esta se limitasse aos indígenas hostis aprisionados em “guerra justa”. E chamava-se “guerra justa” a que fosse feita com a autorização do rei. Os indígenas aliados foram declarados livres e os cristianizados não podiam ser escravizados.

Reconhecendo a necessidade de mão-de-obra para a lavoura, o rei foi obrigado a alterar várias vezes a legislação para atender aos plantadores; o Estado, entretanto, continuava a manter, de um modo ou de outro, restrições à livre escravização dos indígenas.

Os plantadores sempre encontravam meios para burlar a legislação e escravizar ou manter em cativeiro os índios protegidos por lei. A verdade é que a atuação enérgica dos jesuítas e as restrições legais continuaram sendo obstáculos à lavoura canavieira.

Mesmo assim, o trabalho indígena acabou sendo amplamente utilizado no processo de montagem da economia açucareira. À medida que essa economia começou a se expandir, a necessidade de mão-de-obra foi aumentando paulatinamente e o seu fornecimento precisava de alguma regularidade. Tudo isso acabou pesando na substituição gradativa do indígena pelo africano.



Índios atravessando um riacho – O caçador de escravos, de Debret. Os colonizadores utilizaram a mão-de-obra indígena no decorrer do século XVI. Em algumas regiões, essa prática perdurou mesmo após a intensificação do tráfico negroiro.

A política colonial

O TRÁFICO NEGREIRO. Para os religiosos, estabelecer regras claras e restritivas no acesso à mão-de-obra indígena tinha o sentido de refrear a cobiça dos povoadores, para que o amor a Deus não fosse substituído pelo amor à riqueza. Essa era uma questão central para os católicos do século XVI.

A solução para esse problema, que obstruía tanto os interesses dos plantadores, quanto os da burguesia comercial metropolitana, foi o *tráfico negreiro*, que articulou os interesses de ambos e conseguiu retirar os jesuítas do negócio. O tráfico negreiro solucionou o problema em todas as frentes. Trazendo da África os trabalhadores necessários para os engenhos, acabou de vez com a interferência

dos jesuítas. O Estado português, por sua vez, substituiu a *política indigenista* por uma *política colonial*.

No início, o tráfico negreiro era feito sob administração direta da Coroa ou mediante venda de licenças a particulares, cobradas segundo uma taxa estipulada por “peça” de escravos ou, ainda, pelo arrendamento de áreas definidas. A Coroa, entretanto, nunca se empenhou em tomar para si o encargo desse comércio, que sempre esteve sob a iniciativa de particulares, principalmente dos portugueses de ascendência judaica.

Convém observar que o tráfico de escravos existiu em Portugal num período bem anterior à colonização do Brasil. Os dados cronológicos variam, mas sabe-se que já havia um comércio regular de escravos em Portugal em 1448. Mais tarde, escravos também foram vendidos na Espanha.

Tráfico negreiro entre África e Brasil



Adaptado de: Flavio de Campos e Miriam Dolhnikoff, op. cit.

Os escravos introduzidos pelo tráfico pertenciam a diversas etnias, isto é, a povos com costumes próprios, falantes de diferentes línguas. Os primeiros estudiosos do assunto afirmavam que a maioria esmagadora pertencia ao grupo banto. Porém, depois dos trabalhos do antropólogo brasileiro Arthur Ramos (1903-1949), ficou claro que a população africana do Brasil provinha de quatro grandes grupos:

- 1) civilizações sudanesas, representadas especialmente pelos iorubás;
- 2) civilizações islamizadas, representadas pelos mandingas e pelos hauçás, entre outros;

3) civilizações bantos do grupo angola-congolês, que incluía os caçanjes e benguelas.

4) civilizações bantos da Contra-Costa, representadas pelos moçambiques¹.

Entre os anos 1580-1590, existiam perto de 10 mil escravos africanos em Pernambuco e 3 mil na Bahia. No total, ao longo dos quatrocentos anos de escravidão foram introduzidos no Brasil, de acordo com os cálculos de Edgar Conrad, um historiador norte-americano, mais de 5 milhões de escravos: no século XVI, o tráfico negreiro introduziu cerca de 100 mil africanos; mais 2 milhões foram trazidos no século XVII, cifra que se repetiu no século



Mercado de escravos, de Rugendas. Entre os séculos XVI e XIX, mais de 5 milhões de africanos aportaram no Brasil.

¹ BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1971. v. 1. p. 67.

seguinte; na primeira metade do século XIX, mais 1,5 milhão chegaram ao Brasil pelo tráfico². Até 1640, os portugueses eram virtualmente os donos absolutos do tráfico, quando então holandeses, ingleses e franceses entraram no negócio.

Por volta de 1570, no final do governo Mem de Sá, a substituição do escravo nativo pelo africano ganhou impulso e, em 1630, tornou-se um processo irreversível. A mão-de-obra indígena, porém, ainda seria amplamente utilizada em algumas regiões, entre elas São Paulo.

O ESCRAVISMO COLONIAL. A partir de 1630, tráfico negreiro e escravidão eram elementos indissociáveis e, como tais, converteram-se em duas peças de um sistema – o *escravismo colonial*. Foi a partir desse momento que se configurou a *colonização* propriamente dita.

O escravismo colonial, diferentemente do escravismo antigo, greco-romano, foi estruturalmente mercantil. A produção açucareira estava voltada para o mercado e não tinha outra finalidade senão o lucro. Os escravos eram, portanto, produtores de mercadorias, sendo eles próprios adquiridos por meio do comércio entre senhores de engenho e traficantes.

O escravismo colonial estruturou-se como sistema integrado por três camadas sociais: escravos, senhores de engenho e burguesia metropolitana, na qual incluía-se o traficante de escravos.

Como o próprio nome indica, o escravismo colonial é um sistema que se baseia num duplo processo de exploração: a *escravista* e a *colonial*. A exploração escravista refere-se à exploração dos escravos pelos senhores de engenho e a colonial diz respeito à transferência de par-

te da riqueza para as mãos da burguesia metropolitana e, por meio de impostos, para as mãos do Estado metropolitano, representado pela figura do rei.

O SISTEMA COLONIAL. Vendo a distância, é possível reconhecer que a relação comercial entre Brasil e Portugal foi regulamentada pelo Estado dentro do espírito mercantilista. Um bom argumento para comprovar isso é que a mais importante medida estabelecida pelo rei foi o “exclusivo” metropolitano, conforme expressão da própria época, que obrigava o Brasil a comerciar exclusivamente com Portugal.

Os senhores de engenho eram forçados a vender a produção açucareira aos comerciantes portugueses e a comprar, com exclusividade, suas manufaturas. Eles não gozavam, portanto, de nenhuma liberdade comercial.

A principal consequência disso foi que a burguesia metropolitana tinha condições de impor tanto o preço de compra do açúcar, quanto o de venda de seus produtos manufaturados. Desse modo, ocorria uma dupla *exploração*: a burguesia metropolitana comprava o açúcar por um preço *abaixo* do mercado e vendia os seus produtos, no Brasil, por um preço *acima* do mercado. Por fim, esse mesmo açúcar era revendido tanto em Portugal quanto na Europa pelo preço de mercado, elevando ainda mais o lucro dos comerciantes portugueses. Essa era a face *colonial* da exploração.

Portanto, o sistema colonial era uma unidade complexa de dominação, composta essencialmente dos seguintes elementos: exploração simultânea – escravista e colonial –, apoiada pela dominação política metropolitana.

² CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 43. Ao apresentar essa estimativa, o autor faz uma ressalva: “Estes números, naturalmente, baseiam-se em provas totalmente inadequadas, e dessa forma são apresentados com o mesmo espírito de dúvida com o qual o professor [Philip D.] Curtin apresentou os seus”.

Retenções

A religião e a economia

- ◆ No início do povoamento do Brasil pelos portugueses, predominou a visão religiosa, apoiada também pelo rei. O objetivo era converter os indígenas.
- ◆ Os povoadores viam os indígenas como escravos em potencial e não como futuros cristãos. Disso nasceu o conflito entre jesuítas e povoadores.
- ◆ O conflito entre religiosos e povoadores foi resolvido com o tráfico negroiro.

A política colonial

- ◆ Com o tráfico negroiro, constituiu-se o escravismo colonial.
- ◆ O sistema colonial era uma estrutura de exploração escravista e colonial, tendo como suporte a dominação política da metrópole mercantilista.
- ◆ O sistema colonial tinha como principal mecanismo o “exclusivo” metropolitano.

PARA EXPLORAR O TEXTO

1. Qual era a posição do Estado português, dos jesuítas e dos colonos em relação aos indígenas?
2. Por que, então, eram inevitáveis os conflitos entre eles?
3. Explique como o tráfico negroiro tornou-se a solução para esses conflitos.
4. O que caracteriza o escravismo colonial e quais os seus componentes?
5. Diferencie escravismo antigo, escravismo praticado pelos africanos e escravismo colonial.
6. Por que a colonização, no sentido mercantilista, só pode ser considerada plenamente implantada após o advento do tráfico e a difusão do escravismo?
7. Formule uma explicação para o processo de acumulação de capitais por parte da burguesia metropolitana e a mediação do Estado português nesse processo.

PARA IR ALÉM DO TEXTO

Leia os textos e responda às questões.

Texto 1

A escravidão de africanos na América consumiu cerca de 15 milhões ou mais de homens e mulheres arrancados de suas terras. O tráfico de escravos através do Atlântico foi um dos grandes empreendimentos comerciais e culturais que marcaram a formação do mundo moderno e a criação de um sistema econômico mundial. A participação do Brasil nessa trágica aventura foi enorme. Para o Brasil, estima-se que vieram perto de 40% dos escravos africanos. Aqui, não obstante o uso intensivo da mão-de-obra cativa indígena, foram os africanos e seus descendentes que constituíram a força de trabalho principal durante os mais de trezentos anos de escravidão.

E a escravidão penetrou cada um dos aspectos da vida brasileira. Além de movimentarem engenhos, fazendas, minas, cidades, plantações, fábricas, cozinhas e salões, os escravos da África e seus descendentes imprimiram marcas próprias sobre vários outros aspectos da cultura material e espiritual deste país, sua agricultura, culinária, religião, língua, música, artes, arquitetura... a lista é longa e já estamos cansados de ouvi-la.

João José Reis e Flávio dos Santos Gomes.
Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 9.